



## Jornal de Opinião

São muitos os textos enviados para a Agência Ecclesia com pedido de publicação. De diferentes personalidades e contextos sociais e eclesiais, o seu conteúdo é exclusivamente da responsabilidade dos seus autores.

São esses textos que aqui se publicam, sem que afectem critérios editoriais da Agência Ecclesia. Trata-se de um espaço de divulgação de pontos de vista e debate de ideias, que a internet possibilita.

## Ao Compasso do Tempo

*D. Januário Torgal Mendes Ferreira*

Esta é a "hora". Os eruditos vertem por uma palavra grega (Kairós) esta expressão para significar o momento oportuno, o tempo azado, o a propósito...

Sopra para aí uma ventania de pessimismo, a qual me permito contrariar. "As armas" que me assistem são as do "pensar", sempre longe da pressão social do "politicamente correcto". Julgo eu...

Esta é "hora" da defesa de princípios e de convicções. Gostava de entender essa questão dos capelães hospitalares, impedidos e seleccionados na entrada! E de capelães, sou obrigado a saber um pouco, sempre em boa e humilde medida.

Volto ao cerne da questão, socorrendo-me do texto concordatário, onde é inequívoco e incontroverso o afirmar-se que serão autorizados capelães (ou seja, padres católicos) "quando solicitados" em ordem ao serviço de alguém e de instituições, das quais esse alguém é membro e parte.

Não entendi, em rigor, notícias vindas a público a este propósito, referindo que ninguém poderia pedir, em nome de um doente, um assistente espiritual.

(Em nome de um pobre, pode e deve-se pedir tudo!)

Não sei se estou a ser preciso. Mas notícias vindas a público transportam esta mensagem.

Daí a minha primeira interrogação: por que motivo este "português" não foi (é) devidamente questionado, interpretado, partido aos pedacinhos, por quem de direito?

Que sentido tem o n.º 1, do artigo 17, da Concordata Portuguesa: "A República Portuguesa garante o livre exercício da liberdade religiosa através da assistência religiosa católica aos membros (...) que a solicitarem (...)?"

Com certeza que serão as pessoas concretas a pedir ajuda, um serviço pastoral, uma celebração...

Mas se alguma pessoa, sem ouvir o interessado (a), resolver falar em seu nome? Se, de acordo com uma tradição e um hábito, alguém concluir que todos querem um capelão? E



se houver alguém que não quer? Tem de se sujeitar aos ditames da maioria que por ele optou? Na prática, tais questões não se põem hoje, feliz e tolerantemente. Mas, não vá renascer a desconfiança, nada melhor do que ser preciso... e conciso... Entendamo-nos quanto aos "termos". É de velho depósito cultural, a asserção. Era por aí que se iniciava a prova da "tese".

Ninguém pretende ofender ninguém... muito menos a laicidade. Ninguém quer discriminar ninguém (quem haverá por aí, que ficou de lado?!). Não queremos envergar uniformes de funcionários de Estado, os quais não almejamos (nem aos quais temos direito).

Quanto a este último quesito, entendam-se os mais interessados.

"É chegado o momento de reconhecer, sem medo por parte dos fiéis e dos agnósticos, que a história do cristianismo prepara o humanismo (...)

O cristianismo é a única religião que trata por "tu" o sofrimento (Júlia Kristiva, no seu último livro "Esta inacreditável necessidade de acreditar, Paris, Bayard, 2007). É uma descrente que o afirma.

Lisboa, 28 de Setembro de 2007

*D. Januário Torgal Mendes Ferreira,  
Bispo das Forças Armadas e de Segurança*

*Opinião | D. Januário Torgal Mendes Ferreira | 28/09/2007 | 12:14 |*